

**TÍTULO:** A CRISE DA UNIVERSIDADE DIANTE DA PÓS-MODERNIDADE.

**AUTORA:** Edineide Jezine Mesquita<sup>1</sup>

**ÁREA TEMÁTICA:** Institucionalização da Extensão Universitária

A modernidade é caracterizada pela observação científica e a percepção sensorial, abolindo a especulação e a dicotomia entre céu e terra, Igreja e Estado, religião e política, colocando em jogo dogmas divinos, e inaugurando a era da racionalidade, em que o homem se percebe como parte da terra capaz de realizar transformações, rejeitando todas as formas de dualismo do corpo e da alma, do mundo humano e da transcendência.

Esse paradigma<sup>2</sup> entra em crise a partir da crítica à racionalidade instrumental, que reivindica, grosso modo, a possibilidade de comprovação da verdade e do estabelecimento de leis universais, e a conseqüente apropriação da natureza pela técnica, com vistas à busca incessante do progresso, que muitas vezes nega a dimensão humana e acentua a dissociação entre o público e o privado.

Juntamente com a derrocada do paradigma de modernidade dá-se também o descrédito no saber e no conhecimento científico, a perda da função social do intelectual, o desprestígio da educação de formação humanista e das instituições clássicas de ensino como a família, a escola, que perdem o poder de transmissão e reprodução de valores e conceitos sobre o mundo, tarefa transferida para a “mídia de massa”, que tende a apresentar acontecimentos de forma personalizada, emotiva e espetacular, como simples consumo de atualidades e cobertura de fatos, em que tudo parece “normal”.

Nesse contexto, Santos (1995) identifica uma tripla crise na universidade, a de hegemonia, a de legitimidade e a institucional, que devem ser analisadas e contextualizadas no nível sistêmico. Dessas crises, a mais ampla e que afeta diretamente a universidade é a crise de hegemonia, por ferir o conhecimento que produz e dissemina. Segundo Santos, essa crise inicia-se ainda na fase do capitalismo libera<sup>3</sup> quando se passa a exigir formas de

---

1 Doutora em sociologia e Professora do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

2 Para Kuhn, um paradigma refere-se ao modelo de pesquisa científica. “Os paradigmas adquirem seu status porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientista reconhece como graves”. Ver. Kuhn (1997:44).

3 Santos (1995:192) indica três fases do capitalismo, são elas: o liberal (até finais do século XIX); capitalismo organizado (finais do séc. XIX até os anos sessenta); e o capitalismo desorganizado (de finais dos anos sessenta até hoje).

conhecimento técnico, criando a idéia de universidade *reactiva*, ou seja, voltada para o atendimento das necessidades imediatas do mercado.

O modelo que entra em crise é o representado pela universidade alemã, que guarda a centralidade e o privilégio da produção de alta cultura e conhecimento científico. A crise se inicia no pós-guerra e, sobretudo a partir dos anos sessenta, quando se evidenciam as dicotomias: alta cultura-cultura popular; educação-trabalho; teoria-prática, constituindo hoje, o cerne da *crise de hegemonia* das universidades.

A crise de hegemonia gera a *crise da legitimidade* que põe em xeque os destinatários e a própria aceitabilidade do conhecimento pela sociedade, inicia-se quando se torna socialmente visível que a educação superior e a alta cultura são prerrogativas das classes superiores e passa-se a questionar para quem e para quê serve o conhecimento produzido pela universidade?

E a crise *institucional* acontece pela falta de identidade, autonomia e estrutura organizacional, nela repercutindo tanto a crise de hegemonia, como a crise de legitimidade.

*“O valor que está em causa na crise institucional é a autonomia universitária e os factores que têm vindo a tornar cada vez mais problemática a sua afirmação são a crise do Estado-Providência e a desaceleração da produtividade industrial nos países centrais”.* (op. cit. p. 214).

A crise institucional transportada para o cotidiano universitário assume inúmeros aspectos e tem-se traduzido na “justificativa” da avaliação do desempenho universitário, como uma forma de atender às emergências produzidas pela crise do Estado-Providência, que passa a considerar a educação superior como gasto público.

O domínio da tecnologia computadorizada no desenvolvimento mundial, a explosão da informação no mundo globalizado, a tendência à hegemonia do mercado, passam a exigir uma universidade com sistemas abertos não apenas à dinâmica da ciência, mas também a uma nova concepção de tempo e de história em que o sujeito perde o poder da decisão.

Assim, no contexto de crise, de “multiplicidade de funções” da universidade, de exigências de conhecimentos técnico-profissionais em uma perspectiva empresarial, a universidade é situada como uma instituição secular, ultrajada pelo domínio político e econômico de “senhores” que utilizam estratégias legais ou não para retirar-lhe a sua essência e assim sufocar-lhe a vida. A sua autonomia representa o seu pólen, nasce a cada morte. O seu fruto, o conhecimento que lhe é inerente, não é dádiva, mas construído e recriado sem limites de sua natureza. Portanto, a própria busca da sua identidade é um processo de invenção e autonomia própria que evolui e se transforma.

## **2. Extensão Universitária e Multiversidade.**

No contexto de desenvolvimento do capitalismo e da história da universidade, torna-se relevante a perspectiva pragmática de multiversidade<sup>4</sup>, em que a universidade deveria estar próxima da sociedade e de suas necessidades, contribuindo, desta feita, para o seu desenvolvimento, instituindo assim, além das funções de ensino e pesquisa a de *extensão universitária*.

A influência da multiversidade tem adentrado em todos os modelos de universidade da América Latina, dentre elas a brasileira, uma vez que os Estados Unidos da América tornou-se um grande empreendedor econômico, trazendo para si a responsabilidade de ser protetor dos países pobres e oprimidos, através de infimos financiamentos, acompanhados da imposição e da implementação de valores culturais, morais, econômicos, políticos e sociais, nas diversas instituições da sociedade.

Para tanto, a defesa pura e simples da multiversidade, empreende à universidade a característica de uma agência de prestação de serviços, de atendimento aos interesses de quem pode financiar. Com isso, o pensar e o criar obedecem apenas a lógica exterior, escamoteando questões políticas como a autonomia universitária, divisão de interesses e demandas, expressas nas políticas de privatização do público a favor do privado, sob o discurso do compromisso social da universidade.

## **3. A Extensão Universitária no Brasil. Mudança de Concepção.**

No Brasil a extensão se forma influenciada pelos ideais das universidades populares de levar o conhecimento ao povo, mas se consolida a partir da prática da

---

<sup>4</sup> Kerr (1982) ao defender a idéia de multiversidade faz uma analogia entre universidade e uma grande cidade, “é uma metrópole de infinita variedade. Alguns nela se perdem; outros atingem o máximo dentro dela; a maioria modela-se à feição de uma de suas múltiplas subculturas”.

universidade da multiversidade, mediante a oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos “desinformados”, constituindo-se em uma prestação de serviços realizada por estudantes e professores à comunidade.

O debate acerca da universidade de serviços, também tem encontrado espaço entre educadores brasileiros, sem perder de vista o contexto histórico, econômico e político que atualmente se inserem as universidades públicas brasileiras e a dualidade da extensão universitária em busca da sua institucionalização, ora na perspectiva de serviços prestados à sociedade, nas pegadas do modelo americano, ou como caráter acadêmico situada no mesmo nível do ensino e da pesquisa com a perspectiva da socialização do conhecimento.

Nota-se que autores como Pucci (1991), Braga (1996), Oliva (1995) Tenório (1995), Melo Neto (1996), comungam e defendem um conceito de extensão universitária como atividade de integração do ensino e pesquisa e da relação universidade-sociedade, indicando que a extensão precisa ir além da relação universidade-trabalho e perseguir uma hegemonia que possibilite direção moral, cultural e ideológica na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os referidos autores assinalam o compromisso social da extensão universitária, como um fator de equidade social e atualmente ganha significação que ultrapassa a lógica curricular, sendo um instrumento articulador que produz transformações intramuros como extra-muros da universidade, como ressalta Lima Souza (2001:122) e Serrano (2001:26), para quem a extensão como função social constitui-se na essência da própria universidade pública.

A concepção de extensão universitária como função social da universidade, é criticada, por um outro grupo de estudiosos do assunto, que defendem a universidade do conhecimento e as atividades extensionistas incorporadas ao ensino e à pesquisa.

Paiva (1997), considera uma utopia a universidade estar a serviço das classes populares, pois a universidade, como toda instituição social, não encontra-se fora da sociedade real, nela convergindo o “movimento” das relações sociais. E, Botomé (1996; 1998) parte da idéia de que é um equívoco dizer que os objetivos ou as funções sociais da universidade são o ensino, a pesquisa e a extensão. E pergunta o que delimita a identidade da universidade enquanto uma instituição entre tantas outras na sociedade? Alerta para o fato de que as atividades de rotina tendem a ser sacralizadas como definidoras da

instituição, de modo que se confundem atividades com objetivos, rotinas com normas orientadoras, descaracterizando a instituição, pois os meios são comuns a múltiplas instituições.

Neste sentido, Botomé (1996:115-55) considera a universidade parte e também reflexo da sociedade, não cabendo a sua extinção, mas a superação dos equívocos que estão na gênese e no destino da pesquisa e do ensino superior.

Nesse sentido, a extensão, não deve constituir-se em função à parte da universidade, ao contrário, deve incorporar-se à pesquisa e ao ensino, sendo elemento de comunicação da produção do conhecimento propositora da crítica.

Além dessas abordagens, em virtude das mudanças introduzidas pelo avanço das tecnologias de base eletrônica, a abertura do mercado no mundo globalizado, as privatizações de grandes estatais, os cortes de verbas das universidades e a falta de incentivos financeiros para o ensino e à pesquisa, surge uma nova discussão acerca da extensão universitária, expressa sob a forma de captação de recursos junto aos diversos setores da sociedade civil por intermédio da venda de serviços e realização de parcerias entre universidade e empresa<sup>5</sup>, para o atendimento de demandas do mercado produtivo e de trabalho. Essa nova abordagem de extensão se apresenta, conduzindo a consolidação da universidade dentro da ótica da multiversidade, voltada para os serviços, para as necessidades do mercado, chamada por Ianni (1997) como a universidade “mercadológica”.

Essa relação, no entanto, tem suscitado conflitos em relação à própria missão da universidade. Como garantir a autonomia e o rigor da cultura científica, sintonizados com a problemática presente e futura do conhecimento e da sociedade, e atender ao pragmatismo e utilitarismo das empresas? Esses conflitos geram crise de hegemonia, quanto aos seus objetivos enquanto instituição produtora e socializadora do conhecimento, a serem redefinidos para atender aos interesses da sociedade em geral e em particular aos do mercado e/ou de empresas; engendra, também a crise de legitimidade na medida em que não mais existe o consenso a respeito das suas funções e da sua atribuição na resolução de problemas sociais. O debate sobre o compromisso social da universidade a partir da extensão é um exemplo. E, ainda a crise institucional, desde que se questiona a sua existência social e, portanto a sua sustentação como instituição estatal. O corte de verbas

das universidades e o estímulo à adoção de novos modelos de captação de recursos financeiros e de gestão administrativa são exemplos a assinalar.

Assim, além da dinâmica interna das próprias instituições essas crises se relacionam também com as mudanças na estrutura econômica, política e social do Estado. A universidade e a extensão universitária têm-se constituído como espaço que favorece a venda de serviços e a captação de recursos também a partir de demandas explícitas advindas do setor privado e governamental, além do comunitário.

Nessa perspectiva, identifica-se uma nova abordagem de extensão universitária, que tem se esboçado na lógica da necessidade de captação de recursos e de prestação de serviços que passam de assistenciais à comerciais, transformando com isso o compromisso social da universidade e finalidade da extensão universitária.

Nesse sentido, a guisa de conclusões, a universidade inserida no contexto da luta hegemônica na relação universidade e sociedade tem-se modificado quanto a seus objetivos e finalidades. Nascida no seio de "corporações do saber", com a idéia de autonomia e liberdade de ensinar, foi sufocada pelas disputas do poder religioso e cooptada pela nobreza. Na modernidade, a idéia de produção autônoma do conhecimento obteve apoio político, embora sob o controle financeiro do Estado e, atualmente, essa idéia é contraposta às necessidades de formação profissional e de inovação, para o atendimento das necessidades sociais e do mercado. Desse modo, as crises de hegemonia, legitimidade e institucionalidade assinaladas por Santos (1995) não são frutos apenas da pós-modernidade. Essas crises permeiam a própria história dessa instituição marcada pela luta para garantir a liberdade e autonomia do pensar e do fazer.

É bem verdade, que ao longo da história, a universidade como instituição social, produtora de conhecimentos foi constantemente alvo de disputas ideológicas e teve mesmo colocada em "xeque" a sua natureza e sua função social. No entanto, foi capaz de enfrentar novos desafios como uma instituição social que é, movida pelo contínuo pensar e agir. Desse modo, parece pouco provável que a universidade brasileira se renda à lógica racionalista empresarial ou transforme a extensão universitária em um mero balcão de serviços negociáveis. Nesse sentido, acredita-se que a universidade por constituir um bem

---

5 A criação de empresas juniores, incubadoras, parques tecnológicos nas universidades, com o objetivo de gerar uma nova cultura, são os melhores exemplos dessa relação. Ver. Fernandes, 1999.

público da humanidade, continuará a promover o desenvolvimento do conhecimento e preservar a cultura como compromisso social, resguardando sua natureza e autonomia.

#### **4. Bibliografia.**

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. “El nuevo Concepto de la Extensión Universitaria”. In. FARIA, Doris Santos de (org.). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

BOTOMÉ, Paulo Silvio. **Pesquisa alienada e Ensino alienante o equívoco da Extensão Universitária**. Petrópolis: Editora Vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.

CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CHAUI, Marilena. “Em torno da Universidade de resultados e de serviços”. **Revista USP**. São Paulo (25), 1995. (p. 55-61).

\_\_\_\_\_. “A universidade em ruínas”. In. TRINDADE, Hégio (org). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes; CIPEDES, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHARLES, Chistophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. “Políticas públicas, políticas privadas e avaliação”. **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, ano X, vol.1, nº 1, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. Universidade e Sociedade: uma nova dependência? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, vol. 74, nº 74, 1993.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DORIA, Francisco Antonio; CARVALHO, Antonio Paes de. **A Crise da Universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social: extensão limites e perspectivas**. Campinas. UNICAMP, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes (org.). **A Universidade em Questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Ana Maria. “Além das Universidades e das Empresas”. **Humanidades**. Brasília, UnB, 1999. (p. 30-38).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.

JEZINE, Edineide Mesquita. “Mutiversidade e Extensão Universitária”. In. FARIA, Dóris Santos de. (org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília. UnB, 2001.

KERR, Clark. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

KUHN. Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LESSA. Carlos. “A Universidade e a Pós-modernidade: o panorama brasileiro”. **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, vol. 9, nº 19, 1999. (p. 15-24).

LIMA SOUZA, Ana Luiza. “Concepção de Extensão Universitária: ainda precisamos falar sobre isso?” In. FARIA, Dóris Santos de. (org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília. UnB, 2001.

MARCOVITCH. **A Universidade Impossível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARCHI, Euclides. “Ensino e Extensão: uma indissociabilidade natural”. **Cadernos de Extensão**. Paraná: Universidade Federal do Paraná, ano I, nº 1, 1995.

MARQUES, Juracy C. “Que faz a Universidade: suas propostas e seus papéis sociais”. **Revista Educação**. Porto Alegre: PUCRS, ano XVI, nº 25, 1993. (p. 19-34).

MORAIS, Regis de. **A Universidade Desafiada**. Campinas: UNICAMP, 1997.

NETO, José Francisco de Melo. “Extensão Universitária em Busca de outra Hegemonia”. **Revista de Extensão**. João Pessoa: UFPB, nº 1, julho 96.

\_\_\_\_\_. “Autonomia e Extensão Universitária”. **Revista de Extensão**. João Pessoa: UFPB, ano II, nº 4, abr./97. (p. 11-22)

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária: Uma análise crítica**. João Pessoa: UFPB, 2001.

OLIVA. Vagner José. “Extensão e Qualidade”. **Cadernos de Extensão Universitária**. Espírito Santo. Ano I, nº 04, 1995. (p. 31-36).



PAIVA, Vanilda. “Extensão universitária no Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, vol. 67 (155), 1986, (p. 135-151).

PAIVA, José Maria de. “Da Extensão Universitária”. **Comunicações**. São Paulo. UNIMEP. Ano 4, nº 01, 1997. (p. 49-53).

PUCCI, Bruno. “A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”. **Impulso**. São Paulo: UNIMEP, ano 5, nº 10, 1991. (33-42).

ROMANO, Roberto. “Crise e Perspectiva da Universidade Brasileira”. **Universidade e Sociedade**. São Paulo: ANDES, ano VII, nº 12, 1997. (36-41).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. São Paulo: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. “Extensão Universitária – Um projeto Político e Pedagógico em construção nas Universidades Públicas”. **Participação**. Brasília. UnB. Ano 5, nº, 10, 2001. (p.26-28).

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca (et alii). “Ensino Superior: descompromisso do Estado e privatização”. **Educação e Sociedade**, 1987.

TENÓRIO, Auremácio. “A Universidade Pública: A construção da Cidadania e a Afirmação da soberania Nacional”. **Cadernos de Extensão Universitária**. UFRJ/UFES, ano I, nº 4, 1995. (p. 23-28).

TRINDADE, Hélió (org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da Universidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

VELHO, Sílvia. “Relação universidade e empresa no Brasil”. **Humanidades**. Brasília, UnB, 1999. (p. 47-55).